Educação do/no campo:
demandas da contemporaneidade e reflexões sobre a práxis docente

Educação do/no Campo: demandas da contemporaneidade e reflexões sobre a práxis docente

Organizadores:
Ricardo Santos de Almeida
Maria Aparecida Vieira de Melo

Florianópolis, SC
2018

Produzido por:
BOOKESS
R. Lauro Linhares, 589 – Trindade
Florianópolis - SC
CEP: 88036-000
www.bookess.com

©Bookess
Colaboração: Ricardo Santos de Almeida
Direção Editorial: Ricardo Santos de Almeida
Coordenação Editorial: Ricardo Santos de Almeida
Revisão: Ricardo Santos de Almeida
Diagramação e Capa: Ricardo Santos de Almeida

AACR2

Almeida, Ricardo Santos de; Melo, Maria Aparecida Vieira de.

Educação do/no campo: demandas da contemporaneidade e reflexões sobre a práxis docente / Ricardo Santos de Almeida, Maria Aparecida Vieira de Melo. – Bookess Editora: Florianópolis/SC, 2018.
145 f. : il.

Livro, 2018.

ISBN 978-85-448-0718-7

1. Educação. 2. Ensino. 3. Educação do/no campo. 4. Geografia. 5. Práxis docente. I. Almeida, Ricardo Santos de. Título I. Editora Bookess.

Copyright © 2018. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio. Lei n. 9.610 de 19/02/1998 (Lei dos Direitos Autorais).

2018. Escrito e produzido no Brasil.

Sumário

Apresentação 5
Ivanio Folmer

Artigos
A educação do campo: as práticas pedagógicas no processo de aprendizagem e o cordel em evidência 9
Maria Aparecida Vieira de Melo; Ricardo Santos de Almeida
A importância da formação acadêmica e da formação continuada de professores para a efetividade da Educação do/no Campo 27
Emerson Rodrigues Bezerra; Ricardo Santos de Almeida
A importância do Grupo de Estudos em Educação do/no Campo da UFAL Campus do Sertão GEPAR+NUAGRÁRIO para a formação acadêmica 44
Franciele dos Santos Fausto; Ricardo Santos de Almeida
A luta pela terra no sertão e o fazer-se social: memórias do Assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia/AL 1989-2014 58
Aline Oliveira da Silva; Ricardo Santos de Almeida
Dos saberes do/no campo à proposta de minicurso Sementes crioulas no Semiárido - agrobiodiversidade e estratégias de preservação 70
Jéssica Lima Barbosa; Ricardo Santos de Almeida; Amanda da Silva de Oliveira
Economia Solidária: o fazer-se social das mulheres camponesas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) Brasil 86
Aparecida Mendonça Silva Germano; Ricardo Santos de Almeida
Educação e Educação Popular: desafios e perspectivas para a contemporaneidade 106
Emerson Rodrigues Bezerra; Franciele dos Santos Fausto
Reafirmação da Educação do Campo como processo social transformador e libertador a partir do gênero literário poético em Geografia 130
Ricardo Santos de Almeida; Maria Aparecida Vieira de Melo

Apresentação

No momento atual, os sistemas agroalimentares, em suas diversas escalas e processos, têm sido orientados, majoritariamente, pelas dinâmicas do mercado capitalista, o qual, por consequência se articula às lógicas do capital global. Essa tendência no Brasil vem contribuindo, de forma acelerada, para que o agronegócio se consolide como o modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo, onde o qual concentra terras, tecnologias, acesso aos principais aparelhos de mídia, influenciando as políticas públicas, dentre outros. Com isso, em todos os continentes, uma vez que esse modelo econômico está presente em todos os lugares da terra, fazendo com que a permanência dos camponeses na propriedade seja desafiada por fatores como precária infraestrutura, fracos incentivos fiscais e dificuldade de acesso aos mercados.

Estamos vivenciando um período de crise estrutural da sociedade brasileira em todo seu contexto. Trata-se de uma crise econômica, que acirra os conflitos de classe ao dirigir a maior parte da economia para o capital estrangeiro. A crise não deixa de ser ambiental, hídrica, política do Estado patriarcal, que demonstra incapacidade em assegurar direitos; há falta de representatividade da sociedade no bojo do Estado, impondo o Estado de Exceção em detrimento do Estado Democrático, que tendenciosamente se apresenta cada vez mais como ameaça ao desenvolvimento social, cultural de camponeses e agricultores familiares, ou seja, é uma ameaça a todos àqueles projetos de cunho social.

O contra processo para que se alcance uma estabilidade no espaço rural, impreterivelmente é um projeto de educação do campo, no campo e para o campo. Uma educação emancipadora, pensada a partir dos sujeitos do campo, para os sujeitos do campo.

A realidade presente nas escolas do campo, em especial as de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, tem se mostrado como reflexo histórico das condições educacionais vivenciado em todo campo, no que possa ser percebido nas diferentes escalas geográficas (regional, estadual e municipal) do Brasil, onde, o descaso por parte do Estado ignora às reais necessidades dos camponeses. O poder público vem negando a Educação e o Ensino de qualidade no

espaço agrário, neste mesmo Brasil que há uma eminente concentração fundiária, que reforça uma das piores realidades do campo; o êxodo rural, que vem marcando a trajetória deste território, que está em constante movimento.

A luta dos camponeses por uma educação que representasse a história de luta, a vida, seus saberes historicamente acumulados, seus costumes e suas culturas, neste ano de 2018 completam 20 anos, e que, apesar de muitas lutas travadas, resistências aos modelos impostos pela sociedade hegemônica, hoje, ainda é uma modalidade de ensino que está sofrendo duros golpes, que acompanham desde seu surgimento. Com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) quase 200 mil campenses tiveram acesso à educação básica ao longo desses 20 anos, demonstrando a importância da preservação e a perpetuação de uma forma educacional inserida onde moram os camponeses.

A baixa tolerância para com a Educação do Campo parte em especial de projetos de sociedade que negam a existência e a necessidade da preservação de um campo que alimenta o campo e, também, os centros urbanos, uma vez que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% das comidas que alimentam.

Considerando a transversalidade do campo que se conecta a cidade, seria interessante que as educandas e educandos urbanos pudessem acessar minimamente as informações sobre a formação territorial do campo, para que houvesse maior valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, uma vez que hoje em maior parte dos ambientes se desconhece a verdadeira face do espaço agrário brasileiro, fazendo com que haja um julgamento moral forte quando, por exemplo, se percebe a participação dos movimentos socioterritoriais na luta por uma sociedade mais justa e um estado-nação democrático.

O que se exige nesse momento é um projeto de integração que considere a especificidade dos que moram no campo, e assim, auxilie esses sujeitos em seu desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável, considerando que a problemática que circunda a Educação do campo não é apenas a ausência, ou a incapacidade de aplicação de um projeto educativo adequado à essa realidade, é necessário algo maior.

Precisamos e queremos políticas públicas para educação do campo que garanta desde a educação infantil até o acesso e também permanência de camponeses nas universidades, e que os projetos políticos pedagógicos do campo representem as escolas do/no campo, e que essas escolas venham a representar de fato os camponeses. É necessário de forma emergente que as educadoras e educadores e demais profissionais das escolas do campo atendam as características camponesas, não urbanas.

Entendemos a educação do campo para além de um processo de escolarização, os educadores mais que professores, e os educandos mais que meros alunos, são protagonistas de histórias e vidas, nesse contexto de valorização de sujeitos e ambientes é possível construir uma pedagogia onde haja interação educadores + educandos + território, onde um fortalece em um processo de coexistência.

Os debates em torno da Educação do Campo, para o Campo e no Campo carece de aprofundamentos, de pensamento crítico, de políticas públicas, para que possamos construir uma sociedade justa e igualitária, revertendo e minimizando as problemáticas visualizadas hoje.

Diante de todos os problemas que a Educação no Campo enfrenta, percebemos que o desafio é grande e os estudos nesta área nos mostram algumas perspectivas no sentido de construir um novo caminho para o Campo, logo, a obra **Educação do/no campo: demandas da contemporaneidade e reflexões sobre a práxis docente**, organizada pelos professores Ricardo Santos de Almeida e Maria Aparecida Vieira de Melo nos mostra que além de uma oportunidade de conhecer as diversas realidades do campo, é um dever histórico acessar esses saberes, que aliado a grande competência dos autores se torna leitura obrigatória.

Ivanio Folmer
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria/RS, 2018.



Artigos

A educação do campo: as práticas pedagógicas no processo de aprendizagem e o cordel em evidência

Maria Aparecida Vieira de Melo[1]
Ricardo Santos de Almeida[2]

Resumo: O presente trabalho reflete por meio de um procedimento analítico/argumentativo a prática pedagógica no processo de aprendizagem na modalidade da educação do campo. Assim, a curiosidade epistemológica que mobiliza esta pesquisa é como o cordel pode ser um instrumento metodológico para valorização da cultura do campo? A finalidade deste trabalho prima por compreender a importância da prática pedagógica inovadora no processo educativo, bem como, analisa a importância do cordel como prática pedagógica contextualizada. Metodologicamente é uma pesquisa qualitativa, com instrumento metodológico da entrevista com uma cordelista que costuma promover oficinas pedagógicas de construção de cordéis para subsidiar a prática pedagógica do ser professor do campo. A análise dos dados ocorreu por meio da análise do conteúdo de Bardin (2004). O processo pedagógico requer metodologias alternativas de ensino e o cordel se destaca como um importante instrumento metodológico. Foi possível concluir que o professor pode ser um articulador dos saberes tradicionais no contexto das escolas do campo, sendo os cordéis divulgados por meio da construção e circulação em feiras livres, apresentações em programas de rádio, aberturas de eventos, como momento cultural, corroborando para o fortalecimento da identidade e cultura dos sujeitos do campo.

Palavras-chaves: Saberes Tradicionais, Prática Pedagógica, Campo.

[1]Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal Rural de Pernambuco. e-mail: m_aparecida_v_melo@hotmail.com.
[2]Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Rede Pública estadual de Alagoas, e do curso Geografia Licenciatura na Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal de Alagoas. e-mail: ricardosantosal@gmail.com.

Introdução

A educação do campo é uma modalidade educacional da educação básica que corrobora com o acesso obrigatório do direito público subjetivo, cujo é a educação. É sabido que a educação do campo é um discurso enunciado recentemente, pois o que sempre ocorreu desde os primórdios da história da educação brasileira foi a educação rural, embora ainda hoje a educação rural prevaleça mediante as práticas pedagógicas tradicionais que se dão em escolas multisseriadas ou nucleadas.

A prática pedagógica nas escolas do campo é que define se a educação é do campo ou se prevalece a cultura da educação rural, pois os professores são os responsáveis por caracterizar as especificidades da educação do campo. Desse modo, é interessante compreender as práticas pedagógicas inovadoras que corroboram para a valorização do saber local, contextualizando os conhecimentos científicos por meio dos saberes que permeiam o contexto das práticas existenciais dos povos do campo, dando ênfase ao instrumento metodológico o cordel.

A curiosidade epistemológica que mobiliza esta pesquisa é como o cordel pode ser um instrumento metodológico para valorização da cultura do campo? A finalidade deste trabalho prima por compreender a importância da prática pedagógica inovadora no processo educativo, bem como, analisa a importância do cordel como prática pedagógica contextualizada.

A metodologia desta pesquisa é de natureza qualitativa por meio do instrumento metodológico da entrevista (MINAYO, 2009). A análise dos dados se deu através da análise de conteúdo de Bardin (2004).

A educação do campo sendo fomentada através de práticas pedagógicas inovadoras no contexto no qual a escola está inserida é de fundamental importância para os sujeitos de direito possam fortalecer a sua identidade e cultura, por meio do saber/fazer, pois o cordel promove o protagonismo no processo de aquisição e produção de cordéis, requerendo assim, leitura, pesquisa e escrita, de forma lúdica e prazerosa por buscar palavras que rimem, que tenham sonoridade e melodia harmoniosa.

A educação do campo pode ser vivenciada nas escolas situadas nas comunidades rurais quando os professores têm autonomia no processo de ensino, buscando valorizar os saberes tradicionais ampliando o horizonte de sentido dos saberes de sua realidade local e o cordel se destaca como instrumento metodológico promissor para tal feito.

A prática pedagógica, rural x campo: historicizando

Inicialmente é importante assinalar de qual educação do campo estamos defendendo aqui, tendo em vista que educação do campo não é a mesma coisa da educação rural, há uma diferença bastante acentuada na definição do que é educação do campo e do que é educação rural. Esta assinalação é importante, pois é por meio da concepção que se tem da educação que se defende é que norteia o fazer pedagógico nos espaços das escolas situadas geograficamente nos territórios rurais.

Para Melo (2017) a educação do campo é aquela que parte da reivindicação dos movimentos sociais, que no decorrer dos tempos vem buscando a consolidação da política pública para educação do campo de qualidade. Ou seja, a educação do campo é a que os movimentos sociais reivindicam, inclusive os movimentos dos sem-terra (MST). A esse respeito Melo (2017, p. 24), assinala que foi

> Através do Movimento Sem Terra (MST) e em sua luta pelo direito a terra e os demais direitos fundamentais, contestava-se ainda, o respeito às demandas pelas especificidades e diversidades do contexto socio histórico e político do campo, que estão arraigados no seio da sociedade, impulsionando a viabilização da educação popular, enquanto prática emancipatória e transformadora da sociedade vigente.

Esta é uma luta recente no cenário legislativo da educação brasileira. Tendo em vista, que para se ter um marco legal específico para a educação do campo muitos seres humanos nos movimentos de luta e enfrentamento tiveram suas vidas ceifadas e seu sangue regando a terra do solo da esperança por um reconhecimento específico de uma

cultura e identidade diferenciada, como podemos destacar o movimento das ligas camponesas (1950) que foi o maior movimento da região nordeste, que lutou bravamente, não só pelo direito a terra, mas por todos os direitos que com a terra é possível, como alimentação, moradia, trabalho, saúde, educação, ou seja, os direitos constituídos legalmente na Carta Magna, mas que não são todos os sujeitos que usufruem de tais direitos.

Em se tratando da prática pedagógica dos movimentos sociais para educação é um movimento diferenciado, pois a prática da organização social assumida pelos movimentos sociais pode ser advinda da educação popular. A qual é defendida por Freire (1996) em seus círculos de cultura, onde acontecia o diálogo, a escuta, o respeito, o protagonismo social dos atores sociais, a partir das estratégias didáticas assumidas para tratar de conteúdo específico através dos temas geradores, com o uso da ludicidade, da criatividade, da reflexão crítica e autônoma.

É importante compreender que as especificidades dos saberes dos povos do campo são outros dos povos da cidade, por exemplo. Daí mesmo tendo que fazer jus ao que ressalta a LDB Lei 9394/96 em seu

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por **uma parte diversificada**, exigida pelas **características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos** (BRASIL, 2018, grifos nossos).

Então, respeitando o que está preconizado os movimentos sociais fazem isso em sua formação itinerante com muita precisão, pois é exatamente as características regionais e locais, a cultura, a economia dos sujeitos inseridos em sua realidade local que permeiam os processos educativos, é como Arroyo questiona sobre as especificidades de saberes que devem ser apreendidos nas comunidades dos povos do campo, a saber:

> Como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo?

> Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo? (ARROYO, 2011, p. 16).

Desta feita, Arroyo nos interroga sobre a postura que deve ser assumida pelos professores e a equipe pedagógica, como os conteúdos da parte diversificada estarão sendo mediados? É preciso um posicionamento pedagógico, pois tal como Arroyo assinalou existem dois movimentos a serem seguidos, e será o professor que escolherá se atuará para o fortalecimento da identidade dos povos do campo, ou se irá usar os estereótipos historicamente produzidos para definir o modo de ser e estar dos povos do campo. Para tal posicionamento, o ser professor precisa ter antes de tudo a sua identidade de pertencimento pelo seu lugar de trabalho, pelos sujeitos que lhes suscitam determinadas práticas e outras não.

Nesta perspectiva, prevalece a educação rural quando o professor assume os estereótipos dos livros didáticos, quando nega a importância e o valor cultural e identitário dos sujeitos do campo, tais como Comilo (2008, p. 21) ratifica que

> Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como "rude" e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa.

É essa a educação rural quando não se faz jus ao paradigma da educação do campo, infelizmente, ainda hoje, prevalece posturas desta forma que enquadram o ser do campo no lugar menos, por causa do seu jeito de falar, de vestir, das unhas sujas de terra, das mãos calejadas, da face queimada pelo sol diário da labuta com a plantação, o sujeito do campo é negado quando ele é tão importante, pois como diz o ditado popular "se o campo não planta, a cidade não janta".

A prática pedagógica da educação do campo vem se contrapor ao processo historicamente acumulado de negação dos sujeitos do campo: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças que por muito tempo foram invisibilizados, negados, silenciados e ocultados, como o paradigma da educação do campo a história muda de enredo, de heróis e de fatos marcantes, para respaldar os processos de lutas, de enfrentamento, de engajamento social que historicamente também foi construído ainda que timidamente para que hoje estivéssemos falando do paradigma da educação do campo e não mais da educação rural.

Entende-se por paradigma da educação do campo, o campo vivido e habitado pelos sujeitos, sendo eles próprios os narradores de sua história. A educação do campo enquanto paradigma o território do campo assim é considerado o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos (GOMES NETO, *et al*, 1994). Desta maneira, há uma complexidade cosmogônica assumida pelo paradigma da educação do campo que coloca o sujeito do campo no centro da complexidade que emerge da nova concepção que se tem em relação ao campo.

Fernandes e Molina (2018) defendem a insurgência da educação do campo como recente por ter menos de duas décadas, por que somente em

> Julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, no campus da Universidade de Brasília - UnB, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em parceria com a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB [estavam reunidos discutindo a educação do campo] (p. 11, grifos nossos).

Surge uma nova compreensão do que é o campo e de como a educação deve ser direcionada para os sujeitos do campo, a qual deveria ser totalmente às avessas da educação rural que alienou,